

O CONTRIBUTO DA POPULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES NO SÉC. XX EM PORTUGAL – O CASO DO MUNICÍPIO DE PENAFIEL

Lúcia CHAVES CARDOSO

Introdução

Em 1926 a escola, como a sociedade portuguesa, vai aos poucos ser submetida a uma ditadura que durará 48 anos. Nos anos 30 inicia-se um trabalho persistente por parte das entidades ligadas ao Governo para que a população interiorize os ideais do nacionalismo salazarista, através da construção de valores imprescindíveis a essa ideologia, como por exemplo, a obediência e o reconhecimento da autoridade. A Escola Primária será um ótimo veículo para realizar esse objetivo. Torna-se então necessário que as crianças vão para a escola onde terão os necessários ensinamentos. Claro que escolas já existiam antes, muitas delas em velhas casas decadentes, a que alguns críticos chamavam pardieiros, pois mais pareciam arrecadações para guardar material agrícola. Não existiam ainda edifícios escolares suficientes, com um projeto arquitetónico próprio indicado para as funções específicas da Escola. O mesmo acontecia no município de Penafiel. Embora na 1.^a Republica tenham sido criadas escolas em quase todas as freguesias, estas funcionavam em edifícios alugados, e mesmo assim, nem todas funcionavam, ou por falta de professores ou por falta de todo o material didático e pedagógico ou mesmo falta de mobiliário imprescindível ao ensino. No entanto, entre 1929 e 1940, num curto espaço de tempo foram realizadas inúmeras doações, solicitações e deliberações para a construção de edifícios escolares, indício de que as populações ou pelo menos os constituintes das Juntas Municipais e da Câmara lutaram por essas edificações¹.

A construção de edifícios escolares continuou, mesmo tendo o Município de pagar 50% do orçamento necessário, o que mostra o interesse e vontade de melhorar a vida dos munícipes. Em 1934 foram inauguradas onze escolas com a presença dos Ministros do Interior e da Instrução e das Obras Públicas. Foram elas: a feminina da cidade de Penafiel e as das freguesias de Santiago, Cabeça

1 CMPNF/B/A/-001, Livro de atas da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Penafiel, LV.34 (1926-1928).

Santa, Boelhe, Luzim, Vila Cova, Abragão, Urrô, Lagares, Castelões, e Duas Igrejas. Em reunião da Comissão Executiva de 21 de Setembro de 1936 falava-se da necessidade do funcionamento das escolas já construídas, o que leva a crer que nem sempre funcionavam logo a seguir à sua construção². A rescisão dos contratos de arrendamento em 1936, da casa onde funcionava a escola de Novelas e em 1937 os contratos de Galegos, Irivo, Eja, Oldrões, Capela e S. Vicente de Pinheiro, leva-nos a crer que a partir daqui estas escolas funcionavam em edifícios próprios. Em Março de 1940 foi realizada a rescisão de contrato de arrendamento das casas das escolas S. Paio da Portela, Marecos, Oldrins e Valpedre, em reunião de 9 de julho de 1940, o que nos leva a pensar que estas freguesias teriam escola construída só nesta altura. A escola de Guilhufe foi a última a ser construída mas ainda antes do Plano dos Centenários. Penafiel tinha 46 edifícios escolares nesta altura o que se pode considerar uma boa execução.

A construção de edifícios escolares em Penafiel no Estado Novo (1926-1940)

As Juntas de Freguesia do Município de Penafiel lutaram sempre pela Educação da população. Num curto espaço de tempo foram realizadas inúmeras doações, solicitações e deliberações para a construção de edifícios escolares. Temos inúmeros exemplos deste facto: No dia 8 de Junho de 1928 foi deliberada a adjudicação para a construção da escola do ensino primário geral da freguesia de Rio de Moinhos deste concelho³. No dia 10 de Janeiro de 1929 foi deliberado pôr em arrematação no dia 21 desse mês *empreitada da obra de trolha. Esta escola foi inaugurada no dia três de Abril de 1929*⁴ o que quer dizer que foi construída em dez meses. Um ofício da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, de 21 de Dezembro de 1928, diz que esta junta põe à disposição da Câmara «o terreno, madeira e pedra para a construção de um edifício escolar, que ficará sendo propriedade do Estado, visto o actual edifício não oferecer condições higiénicas e pedagógicas» No dia 15 de Julho de 1929 foi deliberado aprovar o projeto e planta para a construção da escola do sexo feminino do ensino primário elementar da cidade de Penafiel⁵, o que indica que o processo já estava em andamento há algum tempo. No dia 29 foram presentes duas propostas de arrematação de obras de pedreiro segundo as condições do projeto apresentado. Nesse mesmo dia, a Câmara recebe um ofício das Juntas de Freguesia de Marecos, S. Vicente do Pinheiro, Paço de Sousa e Urrô comunicando que estão dispostas a «oferecer terreno, materiais

2 CMPNF, Principais deliberações da Camara, Livro 117, (1936-1941).

3 CMPNF/B/A/-001, LV.34 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1926-1928).

4 CMPNF/B/A-001, LV.35 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1929-1931).

5 Esta escola será a «António Pereira de Castro».

*e até algum dinheiro para a construção de edifícios escolares»*⁶. A Freguesia de Paredes comunica também, através de ofício de 4 de Dezembro de 1929, que oferece *«terreno, pedra, madeira e mil e quinhentos escudos para o edifício escolar nesta freguesia»*⁷. Na mesma data, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Eja comunica que irá deliberar a forma de obter recursos na freguesia para auxiliar na construção dos edifícios escolares. No mesmo dia a Freguesia de Luzim oferece o terreno, materiais e até algum dinheiro para construir o edifício escolar. No dia 24 de Abril de 1930, a Junta de Freguesia de Boelhe informa a Câmara que *«vendeu terrenos baldios e a quantia de três mil seiscentos e cinquenta escudos serão para ajudar na construção de uma escola primária»*⁸. Como podemos observar, em muito pouco tempo regista-se um grande interesse na construção de edifícios escolares em várias freguesias do Município de Penafiel. No dia 29 de Outubro de 1931 as Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia de Urrô, Castelões e Santiago, solicitam um subsídio para a construção de um edifício destinado a escola primária, oferecendo para isso, as duas primeiras, terreno e a última, pedreiro. Em 5 de Novembro de 1931 a Junta de Freguesia de Lagares solicita cinco mil quinhentos e quarenta escudos para a construção da escola. Em Março de 1932, a Junta de Freguesia de Duas Igrejas oferece terreno e todo o material necessário para a construção de uma escola para ambos os sexos e a Freguesia de Vila Cova solicita à Câmara, que a escola seja ampliada para que lá seja instalada a escola feminina. Todas estas atividades testemunham a vontade que as Juntas de Freguesia demonstravam em responder aos anseios do povo, providenciando melhores condições para o ensino, uma vez que obtinham quase sempre ajuda material por parte da população.

Em 1931, no decreto n.º 19502 de 20 de Março, tinha sido definida a política de Melhoramentos Rurais, estipulando um regime para a construção, reparação e adaptação de estradas e escolas. Dizia o 5.º parágrafo que era *«notório o concurso gratuitamente dispensado, em trabalho e materiais pelo povo rural, às obras de interesse para as suas freguesias como se tem verificado na construção das escolas primárias (...) sendo certo que por seu intermédio os povos poderão levar àqueles melhoramentos valiosos (...)»*⁹. Constata-se desta forma como o Estado soube aproveitar a boa vontade da população portuguesa, incluindo a de Penafiel.

6 CMPNF/B/A-001, LV.35 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1929-1931).

7 CMPNF/B/A-001, LV.35 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1929-1931).

8 CMPNF/B/A-001, LV.35 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1929-1931).

9 CMPNF/B/A-001, LV.35 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1929-1931).

Na sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de 22 de Agosto de 1932, foi lido um ofício do

«Engenheiro Civil da Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte»(...) que diz o seguinte: "tendo S. Ex. O Ministro das Obras Publicas e Comunicações determinado que as populações interessadas em edificios escolares a construir ou em construção passem a contribuir com 50% das importâncias a despende, visto que nenhuma dotação mais poderá ser concedida sem estar assegurada aquela percentagem, pergunta-se a esta Câmara se se responsabiliza pelo pagamento de cinco mil escudos para a conclusão das obras da escola primária de Penafiel e qual a entidade que toma a responsabilidade da efectivação deste subsidio (...)"¹⁰.

Esta escola estava pronta em 1933, o que leva a deduzir que a Câmara se prontificou a pagar esta quantia.

Em 1932, pelo Decreto n.º 21697 de 19 de Setembro, foi regulamentada a nova orientação dos Melhoramentos Urbanos tendo sido estabelecido um esquema de articulação entre o Ministério das Obras Públicas e o da Instrução, *«definindo-se competências no que respeitava a construções escolares, regulamentando-se a concessão de subsídios do Estado, bem como os processos de assistência técnica e administração das obras participadas»* (BEJA, 1990:169)

A partir de 1933 o Governo começa a pensar nos projetos de escolas rurais. No Norte de Portugal, Rogério de Azevedo concebeu vários projetos de edifícios escolares entre 1933 e 1935. Será necessário não esquecer que as populações interessadas em construir edifícios escolares contribuíam com 50% do valor total do custo da obra, o que significa que as escolas inauguradas pelos membros do Estado não eram inteiramente do Estado. No Decreto-Lei 20697 de 30 de Setembro de 1932, o art.º 9º afirma: *«As despesas das obras de melhoramentos urbanos (...) serão repartidas pelo Estado e por esses organismos, cabendo ao primeiro o encargo do projeto, assistência técnica e os encargos de mão-de-obra até ao limita de 50% do custo total da obra. Aos segundos, os restantes encargos relacionados com terrenos, fornecimento de materiais e transporte (...).*

Apesar do desinvestimento do estado central, no entanto, em Penafiel as escolas continuam a aparecer construídas. Porquê? Porque a população, através das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, que se interessavam pelo desenvolvimento cultural da região, seguiam contra a corrente de desinvestimento do Governo. A prova-lo está o facto de nem todas as Câmaras dos diversos municípios assumiram tanta despesa com a Instrução como a de Penafiel. Existem várias respostas ao Governo Civil do Porto sobre o pagamento

10 CMPNF, CMPNF/B/A-001, LV.36 Livro de Registo de Atas da Comissão Administrativa (1931-1933).

dos 50% da despesa de construção de escolas. A Câmara de Vila do Conde diz: «Várias freguesias declararam não possuir recursos que lhes permitam arcar com o pagamento de 50% de despesas com as construções escolares». Algumas juntas prontificam-se a pagar 25% e os outros assumem o compromisso da cedência de terrenos bem como materiais. Matosinhos informa que a Câmara não inscreve «verbas correspondentes a 50% das despesas com a construção dos edifícios escolares julgados de mais urgente necessidade visto se não saber o quanto montará essa comparticipação». «Como ainda não foram aprovados pelo governo os projetos-tipos dos novos edifícios escolares, e se não conhece portanto o custo da sua construção, não sabe esta Câmara terá possibilidade (...)». Reconhece que «a importância de 50% com que tem de contribuir é muito avultada, o que tornou impossível enfrentar a construção dos edifícios que desde já julga necessários»¹¹. Compreendemos assim que para muitos municípios não é possível a construção de escolas.

Existem três projetos dos arquitetos Eugénio Correia, Rogério de Azevedo e Fernandes de Sá que são os mais utilizados e que dão origem a 46 escolas construídas entre 1929 e 1940, antes do Plano dos Centenários. São projetos – tipo regionalizados com uma ou duas salas¹². Observem-se as imagens:



Ilustração 1
Escola de Valpedre (Projeto de Fernandes Sá)

11 AMDP, Correspondência Recebida pelo Governo Civil, Maço 980, 1930/36.

12 FELGUEIRAS, Margarida L.: «A arquitectura da escola primária em Portugal nos séculos XIX e XX». In ESPIGADO TOCINO, Gloria; GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; BEAS MIRANDA, Miguel: *La escuela y sus escenarios: actas de los IX encuentros de primavera en el Puerto*, 2007, pp. 37-65.



Ilustração 2
Escola de Galegos (Projeto de Eugénio Correia)



Ilustração 3
Escola de Luzim (2 salas) Projeto de Rogério de Azevedo



Ilustração 4
Escola de Urrô (uma sala) Projeto de Rogério de Azevedo

Conclusão

Em 1937 o concelho de Penafiel tinha 37.629 habitantes. A sua classificação era a seguinte: Concelho rural de 2.^a ordem e fiscal de 2.^a classe. Comarca de segunda classe. Pertencente ao distrito do Porto e Bispado do Porto. Possuía 43 edifícios escolares próprios, distribuídos pelas freguesias, onde se ministrava o ensino primário oficial, cinco escolas em edifícios alugados ou cedidos e quatro postos de ensino, tudo construído pela Câmara mas com a ajuda das Juntas de Freguesia e da população.

Os terrenos onde a maior parte das escolas foram construídas eram oferecidos pela população. Parece-nos que não eram terrenos selecionados, mas sim os que cada um tinha e podia oferecer. Podia ser num morro, num baixio, numa tapada. Muitas vezes nos lugares mais inóspitos, descentrados, afastados das localidades porque era aí que os doadores os tinham. Não havia nestas construções qualquer tipo de ordenação planeada no espaço geográfico, mas sim o desejo de resolver um problema coletivo, cedendo

graciosamente uma parte de património pessoal à comunidade, ou talvez em troca de alguma vantagem¹³. Os doadores, normalmente «brasileiros», entregavam as escolas ao Estado, para que ele assumisse a responsabilidade da sua manutenção¹⁴.

No Registo das atas da Comissão Administrativa consta, que em 19 de Novembro foi deliberado destinar a José de Sousa Coelho a construção dos sanitários do edifício, como compensação da oferta de terreno para a sua construção, neste caso um posto de ensino. Em 3 de Dezembro são postas em arrematação as tarefas de carpinteiro, trolha e pintura para a sua conclusão¹⁵. E assim com estas permutas e recompensas entre população, interesses privados locais e Câmara era possível continuar a obra no âmbito da instrução popular.

Na cidade de Penafiel existem as escolas doadas por Conde Ferreira, António Maria dos Santos e António Pereira de Castro. Mas em todo o Município existem escolas doadas: por Pinto de Magalhães, Zeferino de Oliveira, Gaspar Baltar, Ernesto Melo, Carlos Moreira da Rocha, Herculano Rodrigues, Felismino Lourenço e outros. Se não ofereceram as escolas, ofereceram os terrenos, os materiais de construção e mesmo a mão-de-obra. Em 1938 uma circular da Direção do Distrito Escolar do Porto refere-se à construção de edifícios escolares nas diferentes freguesias salientando a grande obra levada a cabo pela Câmara Municipal de Penafiel. Em 1940 Penafiel tinha então 46 edifícios escolares construídos com a ajuda do Estado, mas também com a preciosa ajuda da população.

Pensamos ser um caminho a explorar no futuro, conhecer a ação e a importância destas figuras nas localidades a que pertenciam, de forma a perceber como se articularam diferentes interesses em torno das construções escolares.

Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Ramos: *Salazar-Biografia*, Edições Avante, 1994.

13 Cf. FELGUEIRAS, Margarida Louro: «A instrução primária entre o abandono, a filantropia e a promoção social: a ação dos “brasileiros” no séc. XIX e XX em Portugal». In GOMES FERREIRA, António: *Escolas, culturas e identidades: comunicações*. Vol. 3, (2003), Coimbra, pp. 269-279.

14 FELGUEIRAS, Margarida Louro: «Abrir uma escola, fechar uma prisão: a iniciativa local na construção da rede escolar pública portuguesa, na passagem do século XIX para o XX». In FELGUEIRAS, Margarida Louro; GRAÇA, Odete: *Escolas Conde Ferreira. Marco histórico da instrução pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, 2009, pp.153 - 163.

15 CMPNF, /B/A-001, Registo das atas da Comissão Administrativa, Lv.37 (1933-1935).

- CARVALHO, Rómulo: *Historia do Ensino Em Portugal*, 2.^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- BEJA, Filomena e outros: *Muitos Anos de Escola-Edifícios para o Ensino Infantil e Primário ate 1941, Vol.1*, (1990), Ministério da Educação-Direção Escolar de Administração Escolar.
- BEJA, Filomena et al.: *Muitos Anos de Escola-Edifícios para o Ensino Infantil e Primário, Anos 40-Anos 70, Vol. 2*, (1996), Lisboa, Ministério da Educação-Departamento de Gestão de Recursos Educativos.
- FELGUEIRAS, Margarida M. P. S. L; GRAÇA, Odete: «Abrir uma escola, fechar uma prisão: a iniciativa local na construção da rede escolar pública portuguesa, na passagem do século XIX para o XX». In FELGUEIRAS, Margarida Louro; GRAÇA, Odete: *Escolas Conde Ferreira. Marco histórico da instrução pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, 2009, pp.153 - 163.
- FELGUEIRAS, Margarida L.: «A instrução primária entre o abandono, a filantropia e a promoção social: a acção dos “brasileiros” no séc. XIX e XX em Portugal». In GOMES FERREIRA, Antonio: *Escolas, culturas e identidades: comunicações*. Vol. 3, Coimbra, 2004, pp. 269-279.
- FELGUEIRAS, Margarida L.: «A arquitectura da escola primária em Portugal nos séculos XIX e XX». In EPIGADO TOCINO, Gloria; GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; BEAS MIRANDA, Miguel: *La escuela y sus escenarios: actas de los IX encuentros de primavera en el Puerto*, 2007, pp.37-65.
- FIGUEIREDO, António: *Portugal: Cinquenta anos de Ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- MÓNICA, Maria Filomena: *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, (sd).

Arquivo

- Câmara Municipal de Penafiel, Livro de correspondência Recebida n.º 1379 (1937-1938).
- Câmara Municipal de Penafiel, Pasta com relações de património escolar n.º 1389 (1933).
- Câmara Municipal de Penafiel, Pasta com projetos diversos n.º 1140 (1939-1967).
- Câmara Municipal de Penafiel, Pasta com projetos diversos n.º 1141 (1953).
- Câmara Municipal de Penafiel, Pasta com projetos diversos n.º 1142 (1955-1971).

Câmara Municipal de Penafiel, Livro de Registos das Atas da Comissão Administrativa (1926-1928) CMPNF/B/A-001, LV.34.

Câmara Municipal de Penafiel, Livro de Registos das Atas da Comissão Administrativa (1929-1931) CMPNF/B/A-001, LV.35.

Câmara Municipal de Penafiel, Livro de Registos das Atas da Comissão Administrativa (1931-1933) CMPNF/B/A-001, LV.36.

Câmara Municipal de Penafiel, Livro de Registos das Atas da Comissão Administrativa (1933-1935) CMPNF/B/A-001, LV.37.

Câmara Municipal de Penafiel, Livro de Registo das Principais Deliberações da Câmara n.º 117 (1936-1941).

Arquivo Municipal do Distrito do Porto, maços 980, 980A (1936-1939)

Periodicos

Biblioteca Publica Municipal do Porto, Semanário Independente «*O Penafidense*» (1935).